

## **Em moradias irregulares durante mais de 5 anos, comunidade Alphavela finalmente é regularizada pela Prefeitura de Campo Grande**

*No início de 2022, o projeto de Reurb foi aberto pela Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários; apenas 3 meses depois, a comunidade conquistou a regularização de seus imóveis*

Localizada no Bairro Portal Caiobá, a comunidade conhecida por Alphavela, composta por 68 famílias, lutava há mais de 5 anos pela oportunidade da regularização fundiária. Após estudos de viabilidade no local, a Prefeitura de Campo Grande, por intermédio da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Amhasf) iniciou, em março de 2022, os procedimentos iniciais para a regularização do núcleo irregular.

Com a Lei Federal 13465/2017 em exercício, a Amhasf tornou realidade a regularização. Ainda descrentes quanto à conclusão do projeto, equipes da Amhasf estiveram junto à comunidade em várias ocasiões, em que estreitou diálogo respeitoso, entendendo as demandas das famílias pela celeridade do processo.

A Amhasf, a princípio, realizou a coleta de dados referentes à área ocupada de maneira irregular, a selagem e cadastramento das famílias, mediante o trabalho técnico social da Agência e realizou a coleta das documentações de cada família para reassentamento dos moradores em terrenos no Portal Caiobá, Bálsamo e também do Bairro Santa Emília.

De modo a desfazer a condição de favela em que as famílias viviam, A Amhasf destinou cada núcleo familiar para um lote, através de sorteio em praça pública ocorrido no dia 14 de março de 2022. Além da emissão das CRFs (Certidões de Regularização Fundiária) o Executivo Municipal promoveu a assinatura de contratos em junho de 2022, cumprindo o compromisso da municipalidade junto à comunidade Alphavela.

### **Locais seguros para uma nova história de vida**

A Amhasf realizou a remoção das famílias em locais seguros, já que anteriormente, elas ocupavam o prolongamento da Rua Poética, em que passa uma rede de alta tensão, o que colocava em risco a segurança e integridade dessas pessoas. Dessa forma, deixaram a condição de irregularidade e agora habitam em lotes devidamente regularizados.

A dona de casa Maria do Carmo, 52 anos, que conseguiu a regularização, comemorou a conquista. “Antes morávamos em nove pessoas na nossa casa. Eram seis peças, tudo apertado, mas ainda tínhamos como pagar o aluguel de R\$300. Com a pandemia ficou difícil, sem dinheiro, mercado ficando mais caro, alguns perderam o emprego e eu perdi também meu companheiro”, contou. “Foram dias tristes, mas agora conseguimos nosso espaço.”, disse, emocionada..